

Práticas Educativas: Ensino De História E Cultura Afro-Brasileira E Indígena

Maria de Lourdes L. Macedo¹, Jocyléia Santana Santos¹, Josileide Fernandes Lima¹, Noadia Gomes Martins², Railane Nonata dos Santos³, Bartolomeu Moura Junior⁴, Arisvalda Maracaipe C. Souza⁴, Amaré G. Brito¹

¹(Universidade Federal do Tocantins, Brasil)

²(Rede Estadual de Ensino do Tocantins, Brasil)

³(Rede Municipal de Ensino de Tocantínia, Brasil)

⁴(Universidade Estadual do Tocantins, Brasil)

Resumo: A pesquisa objetivou analisar como acontece o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena no 9º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Vale do Sol. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental e de campo, utilizando-se o método da história oral temática, com entrevistas semiestruturadas com pessoas ligadas ao objeto de estudo, sendo seis alunos, o professor de História, a diretora e a coordenadora pedagógica. A partir das entrevistas e da análise de documentos, constatou-se que, mesmo diante de tantas problemáticas nas quais estão envolvidas a escola e a sua clientela, o ensino de História nesta escola, visto que cumpre o seu papel social e educacional. Vale ressaltar que, um profissional que recebe apoio, desempenha seu trabalho com melhor rendimento. O profissional da disciplina História é professor por opção, gosta do que faz e contagia os estudantes, envolvendo-os no processo de ensino. Concluiu-se que a Escola busca cumprir discutir as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que apontam para a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Keywords: Diversidade Cultural. Ensino de História. Cultura afro-brasileira. Indígena.

Date of Submission: 14-05-2023

Date of Acceptance: 24-05-2023

I. Introdução

A pesquisa, realizada no final do ano 2016, dentre outras produções, emergiu este artigo. O leitor vai perceber que mesmo a pesquisa tendo sido realizada a mais de cinco anos, aponta indicadores interessantes na prática pedagógica do professor de história e sobre as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, realizadas na cidade de Palmas, na rede pública estadual de ensino.

É fato que a escola precisa ser um local de descobertas e valorização do conhecimento, abrigo de valores, bons direcionamentos e onde se busca desenvolver a função social dos indivíduos. Neste sentido, segundo (ARROYO, 1986), a função social da escola deve permitir a apropriação crítica do saber, que todos possam selecionar o fundamental, o essencial e o necessário, tendo como ponto de partida as prioridades sociais da comunidade. A escola, a educação e as habilidades correspondentes aos componentes curriculares precisam ter significado para os estudantes. Desta forma, todos os professores, escola e pais precisam questionar: que escola queremos? Que estudantes, habitantes do planeta desejamos formar? A partir das respostas aos questionamentos e de uma postura crítica ante as próprias ações, é possível ter escola, alunos, pais e profissionais desenvolvendo uma formação de qualidade.

Foi nesta reflexão de ser crítico e de interrogar, e de conhecer e valorar as conquistas, que surgiu o problema da pesquisa, questionando o cumprimento ou não do Artigo 26-A da LDB, pela Escola Estadual Vale do Sol. Dentro da necessidade de cumprimento ou não, está o foco nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, ambas voltadas para a correção de um erro histórico com nosso povo (desigualdade e discriminação).

Os critérios para a escolha da Escola foram a localização, situadas na cidade de Palmas; que fosse da rede estadual de ensino, e que ofertasse apenas o ensino fundamental. Entre as quatro escolas elencadas pela Secretaria de Educação do Estado do Tocantins, a Escola Estadual Vale do Sol enquadrava-se nos critérios estabelecidos pela pesquisa. As outras três também ofertam apenas o ensino fundamental, no entanto, duas são de tempo integral e a outra é conveniada, o que distanciava dos critérios iniciais estabelecidos

Favoreceu esta escolha em razão da referida escola situar-se num bairro periférico da capital, onde a diversidade cultural, religiosa e social está representada, cujos estudantes integram essa miscigenação histórica do povo brasileiro, percebe-se, no entanto, que um país com tantas misturas, crenças, práticas e diversidade

ainda não aprendeu a respeitar o outro, necessitando criar leis para que isto ocorra. Para tanto, foram criadas as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tratam da educação e do ensino da cultura afro-brasileira e indígena, mas que são esquecidas enquanto temáticas curriculares, que deveriam ser trabalhadas, discutidas, lembradas e vivenciadas, uma vez que essas pessoas e culturas interagem nesse contexto e somos todos nós; alunos, professores, diretores, gestores, pais, cidadãos moradores do planeta terra e, em especial.

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa foi o de analisar como acontece o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena no 9º ano do ensino fundamental na Escola Estadual Vale do Sol.

Para a realização da pesquisa, utilizou-se de alguns autores para discutir a questão da diversidade cultural, bem como o ensino de História. Foram analisados o Projeto Político Pedagógico, o Referencial Curricular e Planejamento, conhecemos a turma do 9º ano da turma 02 e entrevistamos o professor de História, a coordenadora pedagógica, a diretora, e seis alunos da referida turma. O critério de seleção dos alunos foi o seguinte: a partir do conhecimento e vivência do professor, solicitamos a indicação de seis alunos, sendo dois considerados ótimos, dois considerados bons e dois considerados regulares, tanto em rendimento como em realização de atividades e participação em sala de aula e na escola.

A diversidade cultural, social, política e econômica na formação da clientela escolar é evidente. Nessa perspectiva, o trabalho que a escola realiza, juntamente com o professor de História do 9º ano, está focado no desenvolvimento de ações e projetos voltados para discutir o ensino da cultura afro-brasileira e indígena na escola.

II. A escola e suas nuances

“Temos o direito de ser iguais sempre que as diferenças nos inferioriza, temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracterize”.

Boaventura Santos

A escola, como parte integrante da sociedade e como uma instituição cultural, tem sido instigada a compreender as questões culturais e mostrar os caminhos para desenvolver formas democráticas de convivência. Nesta perspectiva, encontra-se a Escola Estadual Vale do Sol, situada em um bairro periférico da capital do Tocantins, com uma clientela diversificada, uma verdadeira diversidade cultural, étnica, religiosa e social. A escola, no período da pesquisa, atendia 536 alunos do 3º ao 9º ano do ensino fundamental, possuía um total de 48 funcionários, compostos também desta diversidade. As questões sociais, culturais, raciais e étnicas são visíveis na população escolar. Os estudantes são moradores da comunidade ou de bairros circunvizinhos, a maioria dos profissionais vivem em outros bairros da cidade. Na estrutura da escola possui 11 salas de aulas e demais espaços equipados pedagogicamente, que funcionam em dois períodos, matutino e vespertino.

Portanto, a escola possui as condições adequadas para receber toda esta clientela, uma vez que na escola pública não há possibilidade de aceitação, seja de profissionais, seja de estudantes. Os servidores públicos são encaminhados pela Secretaria de Educação para desenvolver as atividades pedagógicas ou técnicas, que atuam ora numa escola, ora em outras, razão pela qual gera rotatividade de funcionários. Em relação aos estudantes, podemos dizer que a rotatividade nesta escola é tímida, uma vez que há inúmeros alunos que estão na escola desde a primeira fase do ensino fundamental. Destaca-se, também, que esta escola é a única da rede estadual no bairro, que oferta o ensino fundamental.

A escola denomina-se Vale do Sol, por estar instalada no bairro de mesmo nome, conforme consta no PPP (2016), e foi criada pelo Decreto Lei nº 515, de 09/03/93-Resolução CEE-TO nº 85/96, de 11/12/92, pelo então Governador do Estado Tocantins, Moisés Nogueira Avelino. Seu funcionamento iniciou em fevereiro do mesmo ano, na Primeira Igreja Batista de Taquaralto, atendendo a uma clientela de pré-escolar até 4ª Série do Ensino Fundamental, nos horários matutino, e vespertino. Em períodos anteriores a escola também ofertou o EJA e o Ensino Médio.

A escola Vale do Sol foi gerenciada por mais de doze diretores, nesses 23 anos de existência, uma gestão caracterizada pela rotatividade, também, na função de diretor. Possui uma Associação de Pais e Mestres, criada em 09 de março de 1993, que mantém atuante nas questões pertinentes a ela. No PPP (2015, p.17) consta que “apesar dos muitos esforços, nossos índices ainda apresentam deficiência.”

Em relação ao diagnóstico efetuado pela escola a respeito da clientela, destaca-se no PPP (2016):

Com intuito de realizar o diagnóstico da Escola Estadual Vale do Sol entrevistamos pais, alunos, servidores e constatamos que o público alvo é caracterizado por uma clientela bastante diversificada, oriunda de vários setores e possui diversas profissões como: domésticas, vendedores, lavradores, lavadeiras, passadeiras, entre outras. Observamos também que as famílias possuem até doze filhos, com renda familiar de duzentos reais a um salário mínimo. Muitos pais desempregados sobrevivem do trabalho de diarista e da Bolsa Família. Quanto ao nível de escolaridade, percebemos que varia entre não alfabetizado, Ensino Fundamental, Ensino Médio e poucos estão cursando Ensino Superior (PPP, 2016, p.19)

A clientela aponta uma diversidade social, cultural, educacional, e muitos apresentam acentuadas dificuldades financeiras no atendimento aos filhos e às suas famílias. Segundo Candau, (2011):

As diferenças são constitutivas dos indivíduos e dos grupos sociais. Devem ser reconhecidas e valorizadas positivamente no que têm de marcas sempre dinâmicas de identidade, ao mesmo tempo em que combatidas as tendências a transformá-las em desigualdades, assim como a tornar os sujeitos a elas referidos objeto de preconceito e discriminação (CANDAU, 2011, p.246).

Outras dificuldades são elencadas no Projeto Político Pedagógico em relação à clientela que, infelizmente, a Escola tenta responder às dificuldades e conviver com a tentativa de ofertar uma educação de qualidade aos estudantes. PPP, 2016:

A maioria das famílias mora na Zona Urbana, muitas oriundas da Zona Rural. Enfrentamos grandes problemas relacionados à situação socioeconômica, e sociais tais como: falta de acompanhamento dos pais na vida escolar dos seus filhos, alunos carentes de cuidados com a saúde, higiene pessoal, alimentação e afeto, família desestruturadas, passando uma influência negativa, promovendo agressão e maus tratos, uso de drogas, presença de violência e abusos contra a criança de forma geral incluindo doméstica. Esses entraves dificultam nosso trabalho ameaçando o ensino de boa qualidade e promovendo baixo rendimento em algumas disciplinas (PPP, 2016, p.20).

Desta forma, questiona-se, como atender com qualidade, diante de tantas dificuldades sociais, familiares, econômicas? Como educar neste contexto? Mediante tais questões, vale ressaltar que os profissionais que atuam na Escola Estadual Vale do Sol, convivem ainda, com o atendimento aos estudantes que são acompanhados pela justiça, os alunos que sofrem medidas socioeducativas, que mesmo em tenra idade cometeram crimes. E assim estão inúmeras escolas por este país afora.

A citação de Sacristán, (2001), responde ao questionamento efetuado em relação a educar em situações de conflitos e diversidade sociocultural, sendo a escola, o ponto de apoio.

A educação contribuiu consideravelmente para fundamentar e para manter a ideia de progresso como processo de marcha ascendente na História; assim, ajudou a sustentar a esperança em alguns indivíduos, em uma sociedade, em um mundo e em um porvir melhores. A fé na educação nutre-se da crença de que esta possa melhorar a qualidade de vida, a racionalidade, o desenvolvimento da sensibilidade, a compreensão entre os seres humanos, o decréscimo da agressividade, o desenvolvimento econômico, ou o domínio da fatalidade e da natureza hostil pelo progresso das ciências e da tecnologia propagadas e incrementadas pela educação. Graças a ela, tornou-se possível acreditar na possibilidade de que o projeto ilustrado pudesse triunfar devido ao desenvolvimento da inteligência, ao exercício da racionalidade, à utilização do conhecimento científico e à geração de uma nova ordem social mais racional (SACRISTÁN, 2001, p. 21).

Não só a escola crê nessa possibilidade destacada por Sacristán, de que a educação pode mudar para melhor a vida de muitas crianças e jovens, mas também seus pais, educadores e os próprios jovens acreditam nisto. Desta forma, a Escola Vale do Sol, tem se envolvido com ações e projetos que objetivam integrar os estudantes oriundos de complicações variadas na tentativa de educá-los e dar-lhes um novo significado para a vida, bem como a sua permanência com sucesso na escola. A escola hoje pode ser considerada como um cruzamento de culturas, segundo Moreira e Candau, (2003):

Tal perspectiva exige que desenvolvamos um novo olhar, uma nova postura, e que sejamos capazes de identificar as diferentes culturas que se entrelaçam no universo escolar, bem como de reinventar a escola, reconhecendo o que a específica, identifica e distingue de outros espaços de socialização: a “mediação reflexiva” que realiza sobre as interações e o impacto que as diferentes culturas exercem continuamente em seu universo e seus atores (MOREIRA e CANDAU, 2003, p.160).

Moreira e Candau sugerem que este cruzamento faça a diferença no ensinar e aprender da Escola, e que os professores possam tornar-se críticos de sua atuação como educadores em todas as disciplinas do currículo.

A ideia é transformar a escola em um espaço de crítica cultural, de modo que cada professor(a), como intelectual que é, possa desempenhar o papel de crítico(a) cultural [...] A ideia é favorecer novos patamares que permitam uma renovada e ampliada visão daquilo com que usualmente lidamos de modo acrítico. Nesse sentido, filmes, anúncios, modas, costumes, danças, músicas, revistas, espaços urbanos etc. precisam adentrar as salas de aulas e constituir objetos da atenção e da discussão de docentes e discentes (MOREIRA e CANDAU, 2003, p.163).

Dentro desta proposta, pensada por Moreira e Candau, a Escola Estadual Vale do Sol tem desenvolvido suas atividades pedagógicas de forma a atender e trazer para a sala de aula, as boas práticas vivenciadas pelos estudantes na comunidade, como os projetos que a escola desenvolve: projeto de Meio Ambiente-Vale Preservar, Capoeira na Escola, Gincana Cultural que culmina com outros projetos e ações pedagógicas de várias disciplinas: Dia da Consciência Negra, com apresentações de musicais, danças afro e contemporâneas, *hip hop*, de forma a envolver culturas históricas e culturais atuais, presentes na comunidade: projeto de Inclusão Social, projetos de Leitura, dentre outros. O destaque fica para o trabalho desenvolvido pelo professor de História, que

se utiliza de todos os recursos citados por Moreira e Candau (2003), trazendo para a realidade do aluno, elementos que contribuem para uma aprendizagem significativa no ensino de História.

III. Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena

*Silêncio. Musa... chora, e chora tanto
Que o pavilhão se lave no teu pranto!...
Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que a luz do sol encerra
E as promessas divinas da esperança...*

O Navio Negreiro-Castro Alves

A escola Estadual Vale do Sol é o *locus* da pesquisa de campo, com foco no ensino de História e a Cultura afro-brasileira e indígena. O objetivo geral da pesquisa foi analisar como acontece o ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena no 9º ano do ensino fundamental na Escola Estadual Vale do Sol. Para tanto, optou-se por entrevistar a Diretora, uma coordenadora, 06 alunos, o professor de História do 9ºano, da turma 02. A turma é composta de 30 alunos que frequentam a escola no período vespertino. Segundo relato do professor Neto e conforme as falas dos alunos, a maioria destes desenvolvem atividades remuneradas em outros horários como de empregadas domésticas, vendedores ambulantes, diaristas, babás dentre outros, ou cuidam da casa e de irmãos menores, visto as necessidades financeiras de suas famílias.

A problemática da pesquisa discute o cumprimento do artigo 26-A da LDB em que reza a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena nas escolas. Diante do problema e dos objetivos da pesquisa, procurou-se identificar na prática escolar o cumprimento ou não das exigências da Lei, na qual estão inseridas as Leis 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade da inclusão de História e Cultura afro-brasileira e africana nos currículos da Educação Básica e a Lei 11.645/2008, que amplia a Lei anterior, destacando a necessidade de apresentar também a História e a Cultura indígenas, trabalhando ambas as Leis de forma interdisciplinar, a fim de reparar danos que se repetem há muitos séculos.

O professor Neto é graduado em História e possui uma carga horária de 10 horas-aula na Escola, e desenvolve ações pedagógicas dentro da disciplina de História no cumprimento das respectivas Leis. O professor Neto, afirma: “se não fosse Lei eu iria continuar trabalhando com os temas, não tem como, eu professor de História anular ou não falar sobre nós, então eu tento dar ênfase no decorrer do ano.” Na fala do professor está evidenciada, sua percepção como integrante e descendentes de negros e índios, motivando em especial os alunos ao sentimento de pertencimento, quando coloca “falar sobre nós.”

Dentro do enfoque que o professor trabalhar o componente curricular de História, e ao questionar aos alunos à respeito das aulas de História, se gostam da disciplina, os seis alunos entrevistados, afirmam que gostam, que o professor os motiva a se interessarem pelas aulas de História; da mesma forma percebe-se que os alunos possuem conhecimento sobre as temáticas, ou seja, história da África e cultura indígena.

Em relação ao ensino de História, o professor utiliza-se do Referencial Curricular do Ensino Fundamental do Estado do Tocantins (2009), que propõe um planejamento no desenvolvimento de competências e habilidades, e apresenta os conteúdos mínimos. O professor Neto trabalha com as turmas do nono e oitavo séries do Ensino Fundamental na Escola pesquisada. No 9º ano os conteúdos mínimos propostos pelo Referencial, que poderiam atender a LDB no artigo 26-A são a Descolonização da África/Ásia e História da África e a História do Tocantins, podendo focar os negros e os índios, em especial os povos nativos do Estado. A maioria dos estudantes entrevistados está na escola, no mínimo, desde o início do ensino fundamental II (6º ano) e foram alunos do professor Neto no 8º ano, cujos conteúdos que o Referencial propõe para o referido ano são: Independência do Brasil, Primeiro Império, Regências, História do Tocantins e movimentos separatistas, Segundo Reinado, Abolição. Desta forma, tanto os conteúdos do nono ano, quanto os do oitavo ano, oportunizam atender o que preconiza as leis, ou seja, trabalhar a história e cultura africana e a cultura indígena. Além disto, a escola realiza eventos coletivos que culminam em apresentações culturais, mostrando o aprendizado que os estudantes adquiriram durante as aulas no estudo e preparo das apresentações.

Segundo a estudante Cardoso, ao ser questionada se nas atividades de gincanas e projetos, a estudante aprende mais ou não, ela responde: “aprende mais e se diverte”. Desta forma, os alunos entrevistados afirmam que gostam da escola, são bem tratados, há projetos interessantes, gostam da aula de História. Na mesma medida, cinco dos seis alunos entrevistados afirmaram não conhecerem o Projeto Político Pedagógico da Escola; um deles até acha que já participou de uma reunião. O oposto se dá nas falas dos funcionários entrevistados, os quais destacam as ações do PPP, bem como seu envolvimento, e que a construção é coletiva.

Em relação à condução do trabalho desenvolvido pelo já citado professor de História, tanto a coordenadora quanto a diretora, avaliam positivamente como sendo um trabalho de qualidade no que se refere

ao processo de ensino e aprendizagem. Assim a senhora Silva, (2016), avalia o ensino ministrado na disciplina de História:

[...] onde em várias turmas os índices estavam muito baixos, menos de 50% de aprovação. Isto referente ao primeiro bimestre, e nos preocupamos muito com isso. As disciplinas de maior preocupação foram português, matemática e ciências. A coordenação mostrou os gráficos com os índices de aproveitamento em todas as turmas. E em história os alunos estavam com mais de 70% de aproveitamento, e não só em uma turma, mas em todas que o professor ministrava. De forma sutil, levamos os demais a refletir, o porquê na disciplina de história os alunos estarem com índices de aproveitamento melhor, vamos analisar quais as estratégias que o professor de história utiliza no desenvolvimento de suas aulas, mostrando que os alunos gostam da disciplina de história. E o bom que se observa nos dias de aulas, os alunos buscando solucionar os trabalhos, as atividades solicitadas pelo professor. Eu solicitei para os professores, vamos compartilhar um com o outro para melhorarmos o atendimento e ampliar o gosto pela disciplina. História foi a disciplina que ficamos encantados com os resultados (SILVA, 2016).

Em relação à fala da coordenadora pedagógica, (2016), percebe-se uma visão convergente em relação a fala da diretora, como se verifica a seguir:

[...] eu vejo que o professor Neto, é um professor que gosta da disciplina e do trabalho como professor. Os alunos percebem esta dedicação do professor, às vezes eu vejo comentários de que tem problemas de outras disciplinas com a turma do nono ano, mas com o professor de História não há problemas, nem no nono ano e nem em outras turmas. Eu não sei fiscalizar nada, eu sei olhar e ver onde posso sugerir uma melhoria. Nas aulas de história os alunos participam, pesquisam eles gostam (SOUZA, 2016).

Da mesma forma, os alunos entrevistados demonstram o gosto pela disciplina e a forma que o professor conduz o processo de ensino, destaca-se a fala de alguns alunos:

Sim, o professor interage muito com os alunos, faz com que os alunos fiquem atentos a aula, e os alunos se interessam pela aula de história (OLIVEIRA, 2016).

Gosto, amo, é uma disciplina muito boa, agora estamos tratando sobre a primeira república é muito bom. Eu gosto da disciplina e porque o professor também é bom. (CASTRO, 2016).

Sim gosto de história, acho interessante saber de onde a gente vem, como foi formado o povo, a origem, que influencia muito no futuro, eu acho. Através do passado você acha o futuro (ROSÁRIO, 2016).

Para que se cumpra as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 dentro da Escola, não basta destaque das datas comemorativas ou que, apenas o professor de História lecionasse sobre a história e cultura afro e indígena, faz-se necessário que os demais professores trabalhem as disciplinas de forma integrada, modo a desenvolverem ações e discussões visando o entendimento sobre a cultura afro-brasileira e indígena. Segundo a senhora diretora, (2016):

Na verdade, a temática é trabalhada de forma geral por todos, mas geralmente é o professor de História que é o coordenador dessas ações. Ele é o responsável pelas ações que são fechadas na semana da consciência negra, ou seja, a culminância de tudo que foi trabalhado durante o ano dentro desses temas (história e cultura afro e indígena). Temos gincanas e o professor de História direciona essas ações. A gincana cultural está prevista no PPP (SILVA, 2016).

Dentro do processo de ensino da disciplina de História, segundo Bittencourt (2009) o papel do professor na constituição da disciplina merece destaque, sendo ele o sujeito principal dos estudos sobre o currículo real. É o professor quem transforma o saber a ser ensinado em saber aprendido.

Durante a entrevista, solicitou-se do professor que fizesse um breve relato de como conduz a sua aula e quais os procedimentos pedagógicos que adota, no que ele atendeu apresentando nove procedimentos considerados importantes na qualidade do ensino direcionado à clientela, da qual é conhecedor. Em seguida destacou 1º: “quando chego à sala procuro sempre dar um bom dia pra todos”; 2º: “Eu sempre digo que sou o professor dos estudantes mais problemáticos, então eu tento trazer para o meu lado, ser meu parceiro e nesse sentido ele geralmente, não atuam com indisciplina nas aulas, e passa a produzir.”; 3º: “eu sempre trago a continuação da aula passada”; 4º: “eu percebi que os alunos têm dificuldades para ler e para escrever, ou seja, o resumo é necessário. Eu falei, e agora, eu sou contra o resumo, como vou fazer? Então eu criei o estudo dirigido ou estudo aplicado, não é um resumo, é algo parecido, é um resumo interpretativo parágrafo por parágrafo [...] Desta forma, oportunizar o aluno a ler, escrever, interpretar e melhorar a produção escrita.”; 5º: “Faço as aulas expositivas, vou para o quadro e escrevo links, eles ligam no uso da net, são tópicos.”; 6º: “Eu geralmente paro o filme e faço as explicações necessárias, aquilo é uma aula. O filme nos oportuniza várias leituras, como as imagens, as cenas, etc.”; 7º: “Trago a responsabilidade para eles, quem faz as atividades são os alunos, eu estou aqui para orientar, para ensinar, para corrigir. Parece engraçado, mas não tenho problemas com isto.”; 8º: “Geralmente eu passo trabalho para ser feito em sala, e não para casa. Porque em casa, eles vão fazer faxina, cuidar de irmão e trabalhar; a maioria trabalha eu procuro avaliá-los dentro da escola, poucas atividades eu passo para casa, e quando passo, eles fazem.”; 9º: “Eu adapto a avaliação do aluno, eu não o avalio apenas por uma prova, eu avalio no todo.”

Desta forma, os procedimentos utilizados pelo professor demonstram uma interação e uma boa comunicação entre os envolvidos no processo. Conforme destaca, Santos e Oliveira, (2009), a atitude do professor pode ser decisiva dentro do processo de ensino-aprendizagem. Acrescenta ainda:

[...] parece que um dos segredos do sucesso na aprendizagem está em tornar o ambiente da sala de aula o mais agradável possível, lutando para despertar entre todos, professor com alunos e alunos com alunos, sentimento de respeito e solidariedade (SANTOS; OLIVEIRA, 2009, p.42).

Por meio das entrevistas realizadas com funcionários da escola, professor e alunos, foi possível detectar a boa comunicação que o professor estabelece com todos, e em especial com seus alunos. Fortalecendo as colocações de Santos e Oliveira, (2009) quando reforçam a necessidade do diálogo, do trabalho diversificado utilizando-se de diversas linguagens, conhecendo a realidade em que seus educandos estão inseridos.

De modo a ilustrar tal atendimento, na sala do 9ºano.02, há uma aluna portadora de necessidades educacionais especiais, que quando entrevistada, afirmou que a aula de História é a que mais gosta; nas atividades e avaliações o professor solicita que ela demonstre seu aprendizado referente ao conteúdo através de desenhos, uma vez que ela possui aptidão para a arte de desenhar. Quando questionada sobre as atividades de História ela responde: “Gosto de desenhar, o professor explica e eu desenho” (SOUZA, 2016).

As colocações dos estudantes e os destaques listados pelo professor, referentes aos procedimentos pedagógicos que utiliza, nos leva a refletir que o professor conhece e coloca em prática os saberes necessários à profissão docente, elencados por Puentes, Aquino e Neto (2009, p.178):

os relacionados com o contexto da prática pedagógica; 2) os relacionados com a ambiência de aprendizagem; 3) os relacionados com o contexto sócio-histórico dos alunos; 4) os relacionados com o planejamento das atividades de ensino; 5) os relacionados com a condução da aula nas suas múltiplas possibilidades; 6) os relacionados com a avaliação da aprendizagem.

Pode-se observar, que o professor de História utiliza-se de todos os recursos pedagógicos e tecnológicos disponíveis na escola para implementar o processo de ensino e aprendizagem, no entanto, a diretora, a coordenadora, e o professor, consideram que pelo número de salas de aulas, alunos e professores a quantidade de recursos que a escola possui atualmente, são insuficientes para atender bem a clientela e necessita ser ampliado.

É muito gratificante, perceber na fala dos estudantes e na prática do professor de História, a satisfação com que este profissional atua; segundo ele, dividia-se entre o desejo de ser professor ou jornalista, mas quando ouviu uma palestra com Gabriel Chalita, que é jurista e professor, em que o mesmo destaca que o advogado defende o cidadão no erro que cometeu, mas que o professor atua de forma a mostrar para o cidadão que ele pode não cometer o erro, isto definiu sua opção pela carreira docente. E, mesmo consciente das dificuldades existentes na profissão, mesmo com salários baixos comparados a outras profissões de nível superior, afirma sentir-se feliz em ser e ser professor da Educação Básica.

IV. Considerações Finais

O objetivo principal desta pesquisa foi o de analisar como acontecia o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, ou seja, verificar se a escola cumpria as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, respectivamente.

A equipe da escola Estadual Vale do Sol, comprovou que conhece a diversidade em que está inserida e que, portanto, precisa focar na ampliação do atendimento para a especificidade da clientela. Assim, deve ofertar formação continuada para os professores, de forma que estes atendam as especificidades e necessidades dos alunos, inserindo-a no seu Projeto Político Pedagógico. De maneira geral, todas as escolas precisam formar professores que enxerguem a diversidade como possibilidade de atuação, formando cada vez mais uma sociedade justa e democrática de direitos.

Em relação ao trabalho pedagógico que o professor de História desenvolveu no 9º ano do Ensino Fundamental, tanto na disciplina de História como no ensino da cultura afro-brasileira e indígena, seu trabalho é reconhecido pela dedicação, prestatividade e profissionalismo.

É consenso entre estudantes e profissionais que a gestão da escola tem desenvolvido bem sua função social, pautada numa visão pedagógica e democrática. No entanto, faz-se necessário disseminar entre os alunos, a finalidade do Projeto Político Pedagógico dentro da escola, e inseri-los nas discussões e planejamento. Necessita também, adquirir mais recursos pedagógicos e tecnológicos para a escola, a fim de ampliar as possibilidades pedagógicas no processo de ensino e aprendizagem; no entanto, o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, mantido pela Secretaria Estadual de Educação em que custeio e capital é definido e mantido pela Secretaria de Educação, que repassa recursos financeiros à Associação de Apoio à Escola para estas aquisições, define o que deve ser aplicado como custeio e capital; assim, nem sempre as escolas, conseguem suprir suas necessidades neste quesito, pois, segundo a equipe gestora, no período da realização da pesquisa, com os recursos financeiros recebidos conseguiam apenas manter a escola.

Independente da insuficiência de recursos financeiros para ampliar o acervo escolar, a escola deve envolver todos nas discussões, e buscar parcerias para o desenvolvimento de palestras direcionadas aos alunos,

com foco na temática de história da cultura afro-brasileira e indígena, de modo a fortalecer o trabalho dos demais professores e estudantes. Afinal, todos nós, somos brancos, negros e índios, somos o povo brasileiro, devemos, independente de Lei, valorar, discutir e conhecer as necessidades sociais, econômicas e culturais em que estamos envolvidos.

Referências

- [1]. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 3ª edição, São Paulo: Cortez Editora. 2009.
- [2]. BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. A Inclusão da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica. R. Mest. Hist., Vassouras, v. 12, n. 1, p. 71-84, jan./jun., 2010.
- [3]. BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Casa Civil - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 10 jan.2016.
- [4]. CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças Culturais, Cotidiano escolar e práticas pedagógicas. Currículo sem Fronteiras, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011.
- [5]. CRUZ, José Vieira da. O uso metodológico da História oral: um caminho para pesquisa histórica. In: Fragmenta. Aracaju:UNIT, 2005.
- [6]. MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação Escolar e Cultura(s): Construindo Caminhos. Nº23, mai/jun/julh/agost/2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11>> Acesso em 04. Julh.2016.
- [7]. PALMAS-TO-BRASIL. Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Vale do Sol. 2016.
- [8]. PALMAS-TO-BRASIL – Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins: Ensino Fundamental do 1º a 9º ano. 2ªed. 2009. 292p.
- [9]. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 10639/2003. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm> Acesso em 23. jun. 2016.
- [10]. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 11.645/2008 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/111645.htm> Acesso em 23. jun. 2016.
- [11]. SANTOS, Jocyléia Santana dos; OLIVEIRA, Jocyelma Martins de. Competência Comunicativa na Escola. In: Competências Interdisciplinares. Jocyléia Santana Santos (org.) Isabel Cristina A. Pereira ...[et. al.] – São Paulo:Xamã, 2009.